

**Sadi Dal Rosso – *Mais trabalho! A intensificação do labor na sociedade contemporânea.***

São Paulo: Boitempo, 2008.

Yara Rodrigues de Andrade

A década de 1970 foi marcada por crises. Já nos primeiros anos, o sistema taylorista-fordista, mostrando ser incapaz de se adequar às mudanças tecnológicas, deu sinais de seu esgotamento. A necessidade de um novo paradigma na produção trouxe à tona as ideias do engenheiro japonês Taiichi Ohno. Conhecida como toyotismo, propunha um novo método de organização e práticas laborais, como condição para superar os entraves gerados pelo fordismo.

Os problemas, no entanto, situavam-se além das fábricas, num momento, batizado por Mandel como “uma crise clássica de superprodução” (MANDEL, 1990, p. 23) a elevação dos preços do petróleo contribuiu para o processo inflacionário, que colocou em xeque o modelo de política keynesiana. Nos últimos anos do decênio, tanto nos Estados Unidos quanto na Europa, começou a despontar uma onda de privatizações na economia, acompanhada pelo desmonte das conquistas sociais do pós-guerra, como o sistema *welfare state*. Essas mudanças, que muitos autores denominam como avanço neoliberal, nas palavras de Coggiola, “constituem claramente uma tentativa de descarregar a crise do capitalismo nas costas dos trabalhadores” (COGGIOLA, 1996, p. 196).

De fato, as novas formas de produção, o avanço tecnológico, as inovações organizacionais e a nova gestão de mão-de-obra repercutiram profundamente no mercado de trabalho. O trabalhador teria de ser mais “flexível”, menos voltado a uma atividade específica e mais polivalente, preparado para execução de várias tarefas simultaneamente ou não. A gestão passava a ser descentralizada, propiciando ao trabalhador maior liberdade para tomar decisões que impactavam diretamente na produção. A divisão do trabalho assumia contornos mais imprecisos, diminuindo as diferenças entre as categorias hierárquicas.

O conflito capital-trabalho se acirrou, aumentando a pressão sobre os trabalhadores. E se “a recessão de 1974/75 é a conclusão de uma fase típica de queda da taxa média de lucros”, como afirma Mandel (1990, p. 23), era mais do que nunca imperioso elevar a taxa de produtividade do trabalho. O único caminho vislumbrado pelo capital era intensificar a exploração sobre o trabalho.

E isto fundamenta a desestruturação das conquistas dos trabalhadores, que ocorreu nos últimos 40 anos, com crescimento do desemprego e o agravamento das condições de trabalho no mundo contemporâneo. E se piorou nos países do capitalismo central, aprofundou ainda mais os problemas em países como o Brasil. Aqui, a década de 1990 foi coroada de perdas, as privatizações avançaram, os sindicatos perderam força e muitas das conquistas trabalhistas alcançadas nos anos 1950 malograram-se.

As relações de trabalho é tema fecundo nas ciências sociais. E nada mais oportuno do que analisar “a intensificação do labor na sociedade contemporânea”, desvelando minúcias das relações sociais e penetrando no âmago dos setores vitais do capitalismo financeiro. Esta é a análise do professor Sadi Dal Rosso, com a vantagem de tomar por base a realidade brasileira, em particular “tendo como pano de fundo o trabalho do Distrito Federal” (p. 189).

Nesse aspecto é reveladora a modéstia do autor. É quase um *mea-culpa* por não se tratar de um estudo nas regiões mais ricas da nação. Ele não se deteve “nos grandes pólos industriais do Centro-Sul”; ao contrário, ocupou-se de uma região de pouca “significância” econômica para o país (p. 189). Se o Brasil é a periferia do capitalismo mundial, porque se situa fora dos grandes centros geradores de riqueza, o Distrito Federal guarda esta mesma relação dentro do país. Então, o estudo do professor Dal Rosso foi dirigido à “periferia da periferia” (p. 189)

No entanto, como já comprovou Luxemburg (1984, p. 20), as regiões externas aos centros econômicos exercem papel fundamental para a subsistência desses centros. Analogamente, as periferias são hoje tão importantes para os países centrais quanto foram a América e a Austrália para a Inglaterra no século XIX, como apontou o estudo da autora polonesa.

Considere-se ainda que, num cenário de mundialização do capital, as fronteiras se mostram muito tênues, e o que tange ao mercado de trabalho ganha contornos universais. Por isso, pode-se perfeitamente, partindo do Brasil, pensar o mundo do trabalho como um todo. O mesmo raciocínio

vale para o país e suas regiões; portanto, é forçoso afirmar que o estudo das condições do trabalho no Distrito Federal sintetiza a realidade das demais regiões do Brasil e também de outros países.

O tema central do estudo é a intensificação do trabalho na relação de assalariamento. A intensidade do trabalho é descrita pelo autor como “o fenômeno que reúne distintas formas e maneiras de fazer com que o trabalhador produza resultados quantitativa ou qualitativamente superiores, mantidas constantes as condições técnicas, a jornada e o número de funcionários” (p. 197). Ele ressalta ainda que: “a intensificação do trabalho visa um único objetivo: obter mais resultados do que se conseguiria em condições normais. Por isso, ela é também denominada apenas pelo termo de mais trabalho” (p. 197).

O livro divide-se em duas partes, perfazendo um total de cinco capítulos, mais a conclusão. Na primeira parte, composta por dois capítulos, o autor, questionando-se sobre o que seria a “intensidade do trabalho”, patenteia sua preocupação em distingui-la de outros fenômenos correlatos, como é o caso da produtividade; conceitos muito próximos que acabam por se confundir. Entretanto, ressalta, a intensidade está ligada ao aumento do desgaste físico e/ou intelectual do trabalhador; enquanto a produtividade refere-se à elevação dos resultados obtidos na produção, mediante avanços técnicos. Por isso, conclui, nem sempre o aumento de resultados pode significar crescimento da produtividade, pois esta pode conter e esconder a intensidade. O estudo de Dal Rosso provou que produtividade e intensidade são “esferas distintas e como tal devem ficar separadas” (p. 26).

Outro aspecto levantado em *Mais trabalho!: a intensificação do labor na sociedade contemporânea* é o conceito de materialidade e imaterialidade do trabalho. Sem se aprofundar muito na discussão, o autor reconhece como trabalho material aquele em que o emprego da mão-de-obra se pauta pelo trabalho físico e, por trabalho imaterial, aqueles que demandam “mais intensamente as capacidades intelectuais, afetivas, os aprendizados culturais herdados e transmitidos, o cuidado individual e coletivo” (p. 33). Lembra ainda que na teoria do valor de Marx, o trabalho imaterial escapa de uma mensuração adequada e, para tanto, propõe o alargamento da teoria:

A questão do trabalho material e imaterial suscita problemas de primeira ordem em relação à teoria do valor trabalho, no sentido de como pensá-la e utilizá-la para

interpretar características da sociedade contemporânea, tarefa ainda completamente aberta nos campos da reflexão teórica e dos estudos concretos. Minimamente impõe-se a tarefa de sua atualização para dar conta de infinitos serviços de natureza imaterial. Ao tratar de atividades que reclamam o empenho cada vez maior das dimensões intelectuais e afetivas de quem trabalha, precisa ser mantido distanciamento do entendimento utópico de que o mundo está caminhando inexoravelmente para uma via de trabalho intelectual emancipado, reconhecendo que os serviços intelectuais ou afetivos estão sujeitos aos mesmos meios de intensificação que as outras atividades ditas materiais, o que implica no surgimento de uma série de novos problemas de saúde que afetam a classe dos trabalhadores imateriais dos trabalhos intensificados (p. 43).

A proposição do livro é a de que “estaria em curso uma transição do trabalho de suas componentes manual e física para o trabalho em que prevalece a componente intelectual, emocional e relacional”. Todavia, considerando que o trabalho intensificado não se restringe “à dimensão da fadiga física (...) (então) todas as dimensões que o trabalho consome precisam ser levadas em consideração para, dessa forma, chegar a um entendimento compreensivo da questão da intensidade” (p. 39).

E o que entender por dimensão intelectual do trabalho? Segundo Dal Rosso, é todo o esforço intelectual do trabalhador, não importa a sua atividade, porque o trabalho contemporâneo exige cada vez mais esforço mental e intelectual. Da mesma forma, ressalta, é a questão psicológica, todos os trabalhadores têm cada vez mais envolvimento emocional com o trabalho. Esse envolvimento, a ideia de “vestir a camisa”, torna a jornada de trabalho fluida, deixando o trabalhador “à disposição da empresa a qualquer momento do dia ou da noite”. Mas não só o horário de trabalho tem de ser flexível, o próprio elemento humano também terá de sê-lo. É a tentativa incessante de reduzir os tempos mortos na produção à custa do aumento do esforço físico e mental dos trabalhadores (p. 40).

No segundo capítulo, com o objetivo de resgatar a construção histórica da noção de “intensidade do trabalho”, o autor regressou ao período da Revolução Industrial, destacando que “as transformações tecnológicas na base do trabalho conduzem a processos de intensificação” (p. 54). Se a última onda de intensificação iniciou nos anos 1980 como ele diz, talvez as primeiras ocorrências registradas datem do século XVIII, como retratado na análise de Marx. Dal Rosso revela que, sob a forma do alongamento da

jornada de trabalho, da adaptação aos novos equipamentos ou da redução das “porosidades” no tempo de trabalho, a intensidade foi sempre um instrumento eficaz no incremento da mais-valia (p. 49).

Em *Mais trabalho!*, constata-se que outra forma de aumentar a intensidade são os processos de reorganização do trabalho, introduzidos pelas escolas de gestão deste. No século XX, mais precisamente entre 1920 e 1970, “o taylorismo, modernizado pelo fordismo” foi “o método de administração do trabalho” aplicado no mundo inteiro. O intuito era o aumento da produtividade, mas não “mediante a revolução tecnológica” a exemplo da Revolução Industrial; a “administração científica do trabalho atua sobre a organização do trabalho e aí introduz transformações”. Por fim, conclui que o sistema taylorista-fordista é “um exemplo clássico de intensificação por reorganização do trabalho na ausência de revolução tecnológica” (p. 61-62).

A seguir o estudo passa a analisar o sistema de organização do trabalho conhecido como toyotismo e dá destaque para a crítica que o engenheiro japonês fez em relação ao fordismo. Mostra que, na tentativa de diminuir ainda mais o desperdícios, novos paradigmas foram implantados, como: redução da mão-de-obra, flexibilidade do trabalho, polivalência do trabalhador. E mais, destaca como esses valores tiveram impacto imediato sobre a produção e sobre a intensidade do trabalho. O toyotismo, segundo Dal Rosso, elevou “o grau de intensidade a um ponto que nenhum outro sistema conseguira jamais alcançar” (p. 69).

Outra observação bem marcada na obra é que “o trabalho contemporâneo é herdeiro de uma jornada mais reduzida em número de horas trabalhadas, mas também de um grau de intensidade muito maior do trabalho do que em épocas anteriores” (p. 68).

Fica claro no estudo que as mudanças tecnológicas objetivam sempre reduzir as “porosidades” do trabalho, diminuir os “momentos de não-trabalho dentro do tempo do trabalho”. A técnica é utilizada não só como forma de controle do trabalhador, mas também um método de acelerar a produção. E mais, os setores secundário e terciário são os mais afetados, apesar de contaminar toda a economia (p. 71).

A segunda parte do livro trata da intensidade do trabalho e dos trabalhadores. O autor iniciou o terceiro capítulo falando das escolas de gestão e de como elas conseguiram angariar apoio social para tornar suas ideias factíveis. Assinalou que enquanto o fordismo trajava-se de ciência, Taylor argumentava

que seu objetivo era a “máxima prosperidade” de todos, e o toyotismo apela para a racionalidade. Evidencia que são formas de convencimento que visam superar a resistência dos trabalhadores.

Restringindo-se ao Brasil e à América Latina, Dal Rosso assinala a falta de estudos que apontem o problema, enfatizando o “imenso vácuo” existente aqui; segundo ele, para detectar a intensidade, é preciso pensar que todas as demais condições estão mantidas, e isso não se apura nas pesquisas do IBGE (p. 90) Em contraposição, afirma que a maioria dos países da União Européia já realizou levantamentos junto aos trabalhadores e puderam constatar empiricamente a ocorrência da intensidade em todos os setores de atividade (p. 89).

Conforme narra o autor, a proposta inicial do trabalho era realizar um levantamento junto aos assalariados para captar como o processo de intensificação era percebido pelos trabalhadores; entendido como o método “mais adequado para medir a intensidade” (p. 94). No entanto, argumenta, tal procedimento não contempla o que ocorre na sociedade, e também não permite analisar de forma adequada a hipótese de “que o processo de intensificação ocorre de forma diferente partindo das empresas que adotam sistemas hegemônicos de organização do trabalho e difundindo-se para outras empresas ou instituições” (p. 97). Por isso, primeiro dividiu a economia em três grupos: “o capitalista moderno, o tradicional e o governamental-estatal”, para em seguida poder analisar os questionários considerando as particularidades de cada setor.

É manifestada ao longo do livro a constatação do autor acerca das dificuldades de seu trabalho. Admite que conceituar a intensidade é tão complicado quanto capturá-la em meio a outras circunstâncias que influenciam na prática do trabalho, como a extensão da jornada, que se distingue da intensidade por referir-se à duração do trabalho. Já a intensidade centra seu foco sobre o esforço despendido, a energia gasta, o empenho demonstrado, a velocidade, o ritmo, o passo do trabalho e o envolvimento intelectual e emocional. Mas intensidade, lembra o estudioso, não é somente o esforço físico; devem-se levar em conta todas as capacidades do trabalhador, sejam elas físicas cognitivas ou emotivas. Por fim, destaca que o grau de intensidade ao longo da história varia de acordo com a capacidade de resistência dos trabalhadores (p. 95).

O quarto capítulo é a compilação da pesquisa efetuada com 825 trabalhadores, dos três agrupamentos escolhidos por ramo de atividade. No

grupo dos capitalistas modernos, foram considerados os setores: bancário, telefonia, comunicação, *shopping centers*, construção civil, escolas privadas, serviço de saúde, serviços especializados e indústria. No tradicional incluía oficina mecânica e reparação, serviços pessoais, serviços de restaurantes e bares, indústria gráfica, emprego doméstico, transporte coletivo, limpeza e vigilância (p. 97).

Segundo o estudo, os dados permitem afirmar “que está em curso uma intensificação” do trabalho no Brasil, com modalidades próprias de difusão (p. 104) O mesmo fato já foi constatado pela literatura em outros países da Europa e nos Estados Unidos, e a exemplo dos demais países a “intensificação brasileira” ocorre de forma diferenciada em cada setor. Conforme o levantamento, os setores mais atingidos são aqueles em que operam as grandes empresas capitalizadas, que conseguem introduzir os processos de intensificação, exemplo são os bancos e o setor de telefonia, comunicação, transportes, serviços privados de saúde, ensino, serviços especializados e indústrias (p. 106).

Além de constatar a intensificação, a pesquisa também apontou “os mecanismos ou formas pelos quais o trabalho é tornado mais intenso: alongamento das jornadas, acúmulo de atividade, polivalência, versatilidade e flexibilidade, ritmo e velocidade; e gestão por resultados” (p. 108).

Ainda de acordo com a pesquisa, as condições do trabalho contemporâneo produzem tipos de doenças e problemas diferentes daqueles conhecidos anteriormente. É da percepção do autor que a “transição entre indústria e serviços é uma transformação profunda” (p. 136), que o trabalho está se modificando, e que ele é cada vez mais denso, mais intenso e exige emprego crescente das energias físicas e mentais dos trabalhadores. Constata também que são nos setores do capitalismo moderno que a saúde dos empregados é mais afetada. Com isso, pode-se concluir que o grau de intensificação está diretamente relacionado às moléstias do trabalho.

No quinto capítulo o autor se dedica a demonstrar as diferenças da intensificação nos diversos setores da economia. Como já mencionado, a intensificação é tanto maior quanto mais forte for a concorrência capitalista; entretanto, isso não ocorre de forma homogênea. Sem dúvidas, o setor financeiro ocupa a liderança quando se pensa em acumulação de riquezas, não por coincidência é nesse setor que a pressão sobre a força de trabalho é imensa. Nos bancos, aponta o estudo, todas “as formas de intensificação

encontram-se presentes em graus elevadíssimos” (p. 150). Afirmou que “o serviço bancário é mantido sob tensão constante e cada vez mais acentuada”, e as formas mais comuns de pressão estão na exigência de polivalência, versatilidade e flexibilidade e a cobrança de resultados (p. 152)

Se essas são as “novas competências” exigidas dos assalariados do setor financeiro, certamente não são as únicas. A investigação do professor Dal Rosso aponta que as “formas tradicionais de intensificar do trabalho”, aquelas empregadas pelo taylorismo, também se fazem presentes no mundo contemporâneo do trabalho bancário, como exemplo: a imposição de ritmo e velocidade, o acúmulo de atividades e a duração da jornada de trabalho (p. 159).

Outro ramo importante e muito marcado pela intensificação, conforme a pesquisa, é o serviço de telefonia e comunicações. Com as privatizações dos anos 1990, o setor sofreu profundas reformas. Designado como um trabalho “tipicamente imaterial” (p. 164), a atividade só é menos intensa que a dos bancos, mas os mecanismos para obter mais trabalho são os mesmos. Nesse setor também se constata a existência simultânea de formas de intensificação *modernas e antigas*. As observações apontam que as inovações tecnológicas serviram para reduzir as *porosidades* do tempo de trabalho e elevar a intensidade, comprovando que a técnica contribui para a elevação da extração da mais-valia.

Dos empregados no comércio, relata o estudo, é exigido a polivalência, versatilidade e flexibilidade, associado ao ritmo e a velocidade, além da gestão por resultados. No ensino privado, a gestão por resultados também está presente, só que acompanhado da condição de mais trabalho. A construção civil persegue a qualidade total e aumento da produção (p. 170-174).

Nem mesmo o serviço público escapou da onda de intensificação. Como descreve o autor, as práticas do setor privado são absorvidas e postas em prática nos diversos ramos da atividade estatal. A revolução tecnológica, as reestruturações administrativas, a busca pela qualidade total impactou sobre a mão-de-obra e resultou no aumento da intensidade do trabalho (p. 182).

O trabalho chega ao fim defendendo a ideia de que a intensificação é um processo em cadeia, quando uma empresa lança mão de “uma técnica de produzir mais trabalho”, outras logo se apropriam desses meios, visando também aumentar seus resultados. É assim que a intensidade se difunde

dos setores mais capitalizados aos mais tradicionais e alcançam o aparato do Estado (p. 193).

O autor explica que escolheu estudar a intensidade do trabalho nas relações capitalistas assalariadas, por ser este “o lócus próprio da intensificação”, pois ali “o trabalho é organizado com vistas a produzir lucro” (p. 195) Embora ressalte que sempre há algum grau intensidade em qualquer atividade, seja “capitalista ou não capitalista, governamental ou familiar, cooperativo ou autônomo” (p. 196) Por isso conclui que a intensidade “é uma condição do labor em permanente disputa entre empregadores e empregado” (p. 196).

O livro é muito oportuno, pois traz à tona um assunto instigante e ainda pouco explorado nas análises das relações de trabalho. A intensificação nas atividades produtivas pode ser percebida pelo trabalhador, mas faz-se necessário apontá-la e comprová-la através de pesquisa como a efetuada pelo professor Dal Rosso. Outra virtude do estudo é confirmar a centralidade do trabalho no mundo contemporâneo, mostrando que as inovações tecnológicas implementadas pelo toyotismo, assim como no passado, em nada melhoraram as condições de trabalho dos assalariados; pelo contrário, incrementou ainda mais os mecanismo de controle sobre eles e aprimorou as possibilidades de extração da mais-valia. A leitura é agradável e acessível a todos os interessados na questão. Esse estudo que versa sobre o trabalho constitui sem dúvida uma ótima fonte de pesquisa e conhecimento sobre a atualidade.

### **Referências bibliográficas**

- KATZ, Claudio & COGGIOLA, Osvaldo. 1996. *Neoliberalismo ou crise do capital?* 2. ed. São Paulo: Xamã.
- LUXEMBURG, Rosa. 1984. *A acumulação do capital: contribuição ao estudo econômico do imperialismo*. São Paulo: Abril Cultural.
- MANDEL, Ernest. 1990. *A crise do capital: os fatos e sua interpretação marxista*. São Paulo: Ensaio.

